

**30. PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM A CRUZ VERMELHA PORTUGUESA PARA O DESENVOLVIMENTO DA SEGUNDA FASE DAS CANDIDATURAS NO ÂMBITO DO PLANO INTEGRADO E INOVADOR DE COMBATE AO INSUCESSO (PIICIE) DO CÁVADO – “SABER CRESCER” E “EQUIPA TÉCNICA DE ARTICULAÇÃO EDUCATIVA (ETAE)”;**

Submete-se à consideração do Executivo Municipal a aprovação, nos termos do previsto na nas alíneas d) e h) do n.º 2 do artigo 23.º e da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais, a celebração do protocolo, de acordo com a minuta em anexo.

**Assunto: PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM A CRUZ VERMELHA PORTUGUESA PARA O DESENVOLVIMENTO DA SEGUNDA FASE DAS CANDIDATURAS NO ÂMBITO DO PLANO INTEGRADO E INOVADOR DE COMBATE AO INSUCESSO (PIICIE) DO CÁVADO – “SABER CRESCER” E “EQUIPA TÉCNICA DE ARTICULAÇÃO EDUCATIVA (ETAE)”**

**I. Enquadramento**

1. Nos termos do disposto nas alíneas d) e h) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais, constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente nos domínios da educação e ação social;
2. O Município de Braga apresentou, via Balcão 2020, no passado dia 30 de novembro de 2020, um pedido de alteração temporal das operações integradas no Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar (PIICIE) do Cávado, identificadas em epígrafe e designadas por “Equipa Técnica de Articulação Educativa (ETAE)” e “Saber Crescer”;
3. Neste pedido reprogramação, foi autorizada a alteração da data de fim da operação para 04-08-2021 e 24-07-2021, respetivamente, recorrendo ao prazo de excecionalidade previsto por motivo COVID-19, verificando-se um acréscimo de 6 meses face à duração de 36 meses máximos previsto para esta tipologia de operação.
4. Este pedido de alteração surge em consequência dos impactos do contexto pandémico instalado desde março de 2020, que obrigou à suspensão parcial de algumas atividades relacionadas com a divulgação, bem como a redução significativa na participação dos alunos e no atingir dos objetivos das mesmas.

## **II. Exposição e motivos**

- 1.** O Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar (PIICIE) do Cávado é um instrumento de aprofundamento operacional da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial (EIDT) desenvolvido, no domínio educativo, em estreita cooperação com todos os Municípios e respetivos Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas do Cávado;
- 2.** O PIICIE enquadra-se na contratualização do Pacto de Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT) Cávado 2020 com o Programa Operacional Regional (POR) do Norte 2020 e, concretamente, na Prioridade de Investimento 10.1: «Redução e prevenção do abandono escolar precoce e estabelecimento de condições de igualdade no acesso à educação infantil, primária e secundária, incluindo percursos de aprendizagem formais e informais, para a reintegração no ensino e formação»;
- 3.** O processo de elaboração do PIICIE assentou num processo de diagnóstico adaptado às necessidades identificadas nas e pelas comunidades educativas locais, com a conjugação de informação quantitativa e qualitativa (levantamento e análise das necessidades e medidas a priorizar para o insucesso escolar) e teve como finalidade definir uma estratégia educativa com medidas e projetos de combate ao insucesso escolar que sirvam de complemento e de reforço à política educativa pública;
- 4.** O PIICIE do Cávado visa contribuir para a melhoria do sucesso educativo dos alunos, reduzindo as saídas precoces do sistema educativo, combatendo o insucesso escolar (taxas de retenção e desistência), reforçando a equidade no acesso à educação e melhorando a qualidade e a pertinência das aprendizagens e das competências adquiridas, em linha com as diretrizes da Estratégia Europa 2020, Portugal 2020 e POR Norte 2020;
- 5.** O «Acordo de Parceiros» inicial, estabelecido entre o Município de Braga e a Cruz Vermelha Portuguesa (CVP)
- 6.** O «Acordo de Cooperação», estabelecido entre o Município de Braga, a CVP, doze Agrupamentos de Escolas e uma Escola Não Agrupada, para formalizar a



cooperação e constituição das Equipas Multidisciplinares dos projetos «Saber Crescer» e «Equipa Técnica de Articulação Educativa», tendo a CVP assumido a Coordenação e Supervisão operacional dos níveis de execução dos projetos;

7. As entidades beneficiárias, devem assumir a contrapartida pública nacional e, apesar de a CVP também se constituir como parceira, logo beneficiária, nada impede que o Município auxilie a CVP a suportar a contrapartida pública nacional, seja em parte, seja na sua totalidade, até porque a CVP é uma Organização Não Governamental e pessoa coletiva de direito privado com utilidade pública administrativa, sem fins lucrativos, como se pode verificar no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 281/2007, de 7 de agosto.
8. O próprio regime da CVP que reconhece «que o apoio estatal constitui uma condição fundamental para a prossecução dos seus objetivos», podendo e devendo constar tal facto do acordo de parceria;
9. A contribuição pública nacional é suportada pelos serviços da administração central, regional e autárquica, pelos institutos públicos que revistam a natureza de serviços personalizados, fundos públicos, associações públicas exclusivamente constituídas por pessoas coletivas de direito público, bem como as empresas públicas e outras entidades integradas no setor público empresarial, quando sejam entidades beneficiárias de fundos da política de coesão;
10. A iniciativa de concretização deste plano e a implementação do funcionamento é municipal.


**Nestes termos, proponho que a Câmara Municipal delibere:**

**A) Aprovar, nos termos do previsto na nas alíneas d) e h) do n.º 2 do artigo 23.º e da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprova o Regime Jurídico das**

**Autarquias Locais, a celebração do protocolo de acordo com a minuta em ANEXO;**

Braga, 3 de fevereiro de 2021

O Presidente da Câmara Municipal,



Dr. Ricardo Rio

---

**DMG – DF -Divisão de Contabilidade informa que:**

A \_\_\_\_\_ despesa, no valor de  
€ duzentos e trinta e dois mil euros  
\_\_\_\_\_, tem enquadramento orçamental em (ano) 2021 na  
Orgânica 03 Rúbrica Económica 040701 Projeto/Ação 2018/16-3

A Chefe da Divisão de Contabilidade,

**[Minuta de]**  
**PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM A CRUZ VERMELHA**  
**PORTUGUESA PARA O DESENVOLVIMENTO DA SEGUNDA FASE DAS**  
**CANDIDATURAS NO ÂMBITO DO PLANO INTEGRADO E INOVADOR**  
**DE COMBATE AO INSUCESSO (PIICIE) DO CÁVADO – “SABER**  
**CRESCER” E “EQUIPA TÉCNICA DE ARTICULAÇÃO EDUCATIVA**  
**(ETAE)”**

CONSIDERANDO QUE:

- A.** Nos termos do disposto nas alíneas d) e h) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais, constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente nos domínios da educação e ação social;
- B.** O Município de Braga apresentou, via Balcão 2020, no passado dia 30 de novembro de 2020, um pedido de alteração temporal das operações integradas no Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar (PIICIE) do Cávado, identificadas em epígrafe e designadas por “Equipa Técnica de Articulação Educativa (ETAE)” e “Saber Crescer”;
- C.** Neste pedido reprogramação, foi autorizada a alteração da data de fim da operação para 04-08-2021 e 24-07-2021, respetivamente, recorrendo ao prazo de excecionalidade previsto por motivo COVID-19, verificando-se um acréscimo de 6 meses face à duração de 36 meses máximos previsto para esta tipologia de operação.
- D.** Este pedido de alteração surge em consequência dos impactos do contexto pandémico instalado desde março de 2020, que obrigou à suspensão parcial de algumas atividades relacionadas com a divulgação, bem como a redução significativa na participação dos alunos e no atingir dos objetivos das mesmas.

ASSIM, CONSIDERANDO AINDA QUE:



- E.** O Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar (PIICIE) do Cávado é um instrumento de aprofundamento operacional da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial (EIDT) desenvolvido, no domínio educativo, em estreita cooperação com todos os Municípios e respetivos Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas do Cávado;
- F.** O PIICIE enquadra-se na contratualização do Pacto de Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT) Cávado 2020 com o Programa Operacional Regional (POR) do Norte 2020 e, concretamente, na Prioridade de Investimento 10.1: «Redução e prevenção do abandono escolar precoce e estabelecimento de condições de igualdade no acesso à educação infantil, primária e secundária, incluindo percursos de aprendizagem formais e informais, para a reintegração no ensino e formação»;
- G.** O processo de elaboração do PIICIE assentou num processo de diagnóstico adaptado às necessidades identificadas nas e pelas comunidades educativas locais, com a conjugação de informação quantitativa e qualitativa (levantamento e análise das necessidades e medidas a priorizar para o insucesso escolar) e teve como finalidade definir uma estratégia educativa com medidas e projetos de combate ao insucesso escolar que sirvam de complemento e de reforço à política educativa pública;
- H.** O PIICIE do Cávado visa contribuir para a melhoria do sucesso educativo dos alunos, reduzindo as saídas precoces do sistema educativo, combatendo o insucesso escolar (taxas de retenção e desistência), reforçando a equidade no acesso à educação e melhorando a qualidade e a pertinência das aprendizagens e das competências adquiridas, em linha com as diretrizes da Estratégia Europa 2020, Portugal 2020 e POR Norte 2020;
- I.** O «Acordo de Parceiros» inicial, estabelecido entre o Município de Braga e a Cruz Vermelha Portuguesa (CVP)
- J.** O «Acordo de Cooperação», estabelecido entre o Município de Braga, a CVP, doze Agrupamentos de Escolas e uma Escola Não Agrupada, para formalizar a cooperação e constituição das Equipas Multidisciplinares dos projetos «Saber Crescer» e «Equipa Técnica de Articulação Educativa», tendo a CVP assumido a Coordenação e Supervisão operacional dos níveis de execução dos projetos;
- K.** As entidades beneficiárias, devem assumir a contrapartida pública nacional e, apesar de a CVP também se constituir como parceira, logo beneficiária, nada impede que o Município auxilie a CVP a suportar a

contrapartida pública nacional, seja em parte, seja na sua totalidade, até porque a CVP é uma Organização Não Governamental e pessoa coletiva de direito privado com utilidade pública administrativa, sem fins lucrativos, como se pode verificar no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 281/2007, de 7 de agosto.

**L.** O próprio regime da CVP que reconhece «que o apoio estatal constitui uma condição fundamental para a prossecução dos seus objetivos», podendo e devendo constar tal facto do acordo de parceria;

**M.** A contribuição pública nacional é suportada pelos serviços da administração central, regional e autárquica, pelos institutos públicos que revistam a natureza de serviços personalizados, fundos públicos, associações públicas exclusivamente constituídas por pessoas coletivas de direito público, bem como as empresas públicas e outras entidades integradas no setor público empresarial, quando sejam entidades beneficiárias de fundos da política de coesão;

**N.** A iniciativa de concretização deste plano e a implementação do funcionamento é municipal.

CONSIDERANDO, POR FIM, QUE:

**O.** Encontram-se inseridas nas competências materiais da câmara municipal, nos termos da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o apoio a atividades de natureza social e educativa de interesse para o município;

É celebrado e reciprocamente aceite o presente Protocolo de colaboração com a Cruz Vermelha Portuguesa para dar continuidade à execução das candidaturas **“SABER CRESCER” E “EQUIPA TÉCNICA DE ARTICULAÇÃO EDUCATIVA (ETAE)**, aprovado pela Câmara Municipal de Braga em reunião do respetivo executivo de [...].

**ENTRE:**

O **MUNICÍPIO DE BRAGA**, com o número de identificação de pessoa coletiva 506901173 e sede na Praça Municipal, 4700-435 Braga, no presente ato



representado pelo Presidente da Câmara Municipal, **Ricardo Bruno Antunes Machado Rio**, adiante designado "Município",

E

A **CRUZ VERMELHA PORTUGUESA**, com o número de pessoa coletiva de utilidade pública administrativa sem fins lucrativos 500745749 e sede no Palácio Condes de Óbidos no Jardim 9 de Abril N.º 1, em Lisboa no presente ato representada pelo Presidente da Delegação de Braga, Dr. Armando Maria da Cunha Osório de Araújo, adiante designada "CVP".

Protocolo que se rege pelas cláusulas seguintes:

### **Cláusula 1.ª**

#### **Objeto**

O presente protocolo tem por objeto a definição das condições financeiras de suporte à implementação das candidaturas "Saber Crescer" e "Equipa Técnica de Articulação Educativa (ETAE)", que compreendem uma comparticipação financeira do Fundo Social Europeu.

### **Cláusula 2.ª**

#### **Âmbito de Aplicação e Destinatários**

1. A área de intervenção do presente Protocolo é local, restringindo-se ao espaço geográfico do concelho de Braga.
2. É destinatária do presente Protocolo a população estudantil do concelho de Braga que se encontre nas situações de acesso definidos em cada umas das candidaturas.

### **Cláusula 3.ª**

#### **Obrigações do Município de Braga**

No âmbito do presente protocolo o Município obriga-se a:

- a) Assegurar a existência de infraestruturas adequadas para operacionalizar das candidaturas;
- b) Assegurar a articulação com a Autoridade de Gestão, com a entidade co-promotora e com as várias entidades parceiras;
- c) Coordenar, monitorizar e avaliar o processo de execução dos projetos municipais;
- d) Organizar o processo técnico e contabilístico da operação;

- e) Assegurar a permanente atualização dos dados no Sistema de Informação (SI) de forma a permitir ao NORTE 2020 conhecer, de forma permanente e acessível, todos os elementos pertinentes rececionados, apreciados e aprovados referentes à execução física e financeira das ações apoiadas;
- f) Assegurar o fornecimento de elementos necessários às atividades de monitorização e de avaliação das operações e participar em processos de inquirição relacionados com as mesmas;
- g) Assegurar a divulgação e o cumprimento, das recomendações que lhe sejam comunicadas em resultado de eventuais inspeções ou auditorias efetuadas no âmbito do sistema de auditoria e controlo da PT 2020;
- h) Acompanhar a execução física e financeira das candidaturas;
- i) Exercer o controlo direto na gestão das referidas candidaturas;
- j) Proceder ao pagamento à CVP das despesas associadas à execução das candidaturas e comparticipadas pelo Fundo Social Europeu;
- k) Proceder, após validação dos pedidos de reembolso, ao recebimento dos montantes atribuídos pela Autoridade de Gestão do NORTE 2020 e a eventuais acertos que daí possam surgir
- l) Fiscalizar o cumprimento das normas do presente protocolo.

#### **Cláusula 4.ª**

##### **Obrigações Gerais da CVP**

1. No âmbito do presente protocolo, a CVP obriga-se a assegurar a dotação dos recursos humanos adequados, necessários à execução das candidaturas.
2. A CVP deve assegurar que a estrutura de pessoal a fornecer permita dar cabal satisfação ao exigido pelas candidaturas.
3. A CVP deverá cumprir o Regulamento Geral de Proteção de Dados, publicado pelo Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, no que for aplicável.

#### **Cláusula 5.ª**

##### **Recursos financeiros**

1. O Município compromete-se a efetuar o pagamento do montante total máximo de €232.000 (duzentos e trinta e dois mil euros), tendo por base os montantes executados nos anos 2018 e 2019.



2. O pagamento previsto no número anterior será efetuado mensalmente, até ao final do prazo de execução dos dois projetos, tendo por suporte os documentos de despesa a disponibilizar pela CVP.
3. A CVP, no final de cada mês, disponibiliza mapa detalhado dos gastos suportados.
4. Verificando a necessidade, a CVP apresentará quadro com a imputação dos custos recalculados, sendo que o ajustamento financeiro será concretizado através de adenda ao presente protocolo.

#### **Cláusula 6.ª**

##### **Início e prazo de vigência**

O período de vigência do presente protocolo inicia-se no dia da assinatura pelos outorgantes, e termina aquando da conclusão dos projetos com data prevista até ao próximo dia 4 de agosto de 2021.

#### **Cláusula 7.ª**

##### **Execução e Avaliação do Protocolo**

Para uma articulação permanente podem, os representantes indicados pelas partes, reunir-se, mensalmente, ou sempre que necessário.

#### **Cláusula 8.ª**

##### **Ocorrências e emergências**

A CVP deve comunicar ao Município por escrito, qualquer anomalia de que tenha conhecimento e que afete ou possa afetar de forma significativa o cumprimento do objeto do presente protocolo.

#### **Cláusula 9.ª**

##### **Verificação do cumprimento do objeto do acordo**

1. O Município pode verificar o cumprimento do objeto do presente protocolo, mediante a realização de vistorias e inspeções, bem como exigir-lhe as informações e os documentos que julgue necessários.
2. As determinações do Município emitidas no âmbito da verificação do cumprimento do protocolo são imediatamente aplicáveis e vinculam a CVP, devendo esta proceder à correção das situações em conformidade com aquelas.

#### **Cláusula 10.ª**

##### **Modificação do Protocolo**

1. O presente protocolo pode ser modificado por acordo das partes outorgantes, sempre que se verifique uma alteração anormal e imprevisível das circunstâncias ou pelo Município, sempre que assim o imponham razões de interesse público devidamente fundamentadas.
2. A modificação do Protocolo obedece a forma escrita.

#### **Cláusula 11.ª**

##### **Suspensão do Protocolo**

A execução do presente protocolo pode ser total ou parcialmente, suspensa com base nos seguintes fundamentos:

- a) Impossibilidade temporária de cumprimento, designadamente em virtude de mora de um dos outorgantes na disponibilização de meios ou bens necessários à sua execução;
- b) Por razões de relevante interesse público, devidamente fundamentadas.

#### **Cláusula 12.ª**

##### **Resolução pelas Partes Outorgantes**

Sem prejuízo da resolução do presente protocolo nos termos gerais de direito, pode também ser resolvido quando se verifique:

- a) Incumprimento definitivo por facto imputável a um dos outorgantes;
- b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentado.

#### **Cláusula 13.ª**

##### **Revogação**

1. O presente protocolo, pode ser revogado a todo o tempo por acordo entre as partes devendo ser comunicada a intenção com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.
2. A revogação obedece a forma escrita por meio de carta registada com aviso de receção a remeter aos demais outorgantes.

#### **Cláusula 14.ª**

##### **Revisão do protocolo**



Qualquer alteração dos termos ou condições previstas no presente protocolo carece de prévio acordo escrito entre os outorgantes.

#### **Cláusula 15.ª**

##### **Comunicações e notificações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as Partes do protocolo, estas deverão ser dirigidas, através de correio eletrónico, com aviso de receção e leitura para o respetivo endereço eletrónico.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do protocolo deverá ser comunicada à outra parte.

#### **Cláusula 16.ª**

##### **Publicidade**

Os outorgantes deverão publicitar, o presente protocolo nos locais de estilo e publicá-lo nas suas páginas da Internet.

#### **Cláusula 17.ª**

##### **Cabimento e compromisso**

A despesa constante da execução do presente protocolo tem cabimento na rubrica \_\_\_\_\_ do orçamento do Município de Braga tendo-lhe sido atribuído o registo compromisso \_\_\_\_\_.

Braga, [...] de fevereiro de 2021

O Presidente da Câmara Municipal de Braga,

---

(Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

O Presidente da Cruz Vermelha Portuguesa,